



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

Exmo. Conselheiro Durval Ângelo – 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Processo nº.: 1.084.298

RIBEIRO SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS, RODRIGO RIBEIRO PEREIRA, RAFAEL TAVARES DA SILVA e FLÁVIO ROBERTO SILVA, todos já qualificados nos autos em referência (representação proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**), vêm, por seus procuradores, apresentar **DEFESA**, nos seguintes termos:

I – Tempestividade

1. A citação do Representado Rafael Tavares da Silva se deu por edital, publicado no DOC em 29 de abril de 2021 (quarta-feira). Desse modo, considerando a regra do art. 168, inc. IV, § 1º do Regimento Interno desse TCE/MG, o prazo de 15 (quinze) dias uteis para apresentação de defesa termina em 20 de maio (quinta-feira). Confira-se:



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

2. Apresentado nessa data, é tempestiva a presente defesa.

II – Síntese dos fatos

3. Cuidam os autos de Representação proposta pelo Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais em razão de supostas irregularidades na contratação do escritório de advocacia Costa Neves Advogados Associados pelo Município de Centralina.

4. Os fatos foram apurados a partir da documentação coletada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), através do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), durante investigação denominada Operação Isonomia.

5. As irregularidades arguidas pelo representante são: **i)** impossibilidade de contratação de escritório de advocacia para compensação de créditos previdenciários; **ii)** violação ao art. 26 da Lei 8.666/93 em razão da ausência de justificativa do valor da contratação; e **iii)** inexistência de requisitos para inexigibilidade de licitação, por ausência de singularidade do objeto e notória especialização.

6. No que concerne aos Representados Rodrigo Ribeiro Pereira, Rafael Tavares da Silva e Flávio Roberto da Silva, o Representante alega que teriam agido



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

de forma a facilitar a contratação supostamente irregular, além de terem auferido valores decorrentes da contratação.

7. Não obstante, o caso é de improcedência da Representação.

III – Esclarecimentos iniciais – Denúncia rejeitada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – ausência de tipicidade da conduta

8. Preambularmente, cumpre esclarecer que todos os fatos narrados na presente Representação foram também objeto de Denúncia oferecida pelo MPMG perante a 5ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, encartada nos autos da Ação Penal n.º 0454194-80.2017.8.13.0702.

9. Ocorre que a Denúncia foi prontamente **rejeitada** em razão da completa ausência de tipicidade da conduta¹. Não resignados, os Representantes do *Parquet* aviaram Apelação ao TJMG que – pela sua 5ª Câmara Criminal e à unanimidade – **manteve a decisão da origem**². A Procuradoria-Geral de Justiça não ofereceu recurso, tendo a decisão transitado em julgado.

10. Também é importante destacar que a Operação Isonomia foi deflagrada em razão de fatos que foram declinados pelo Sr. Carlos Augusto Costa Neves, em Termo de Colaboração Premiada que celebrou com o Ministério Público de Minas Gerais. Essa colaboração se deu no bojo de outra operação – a Operação Não tem Preço –, na qual o Sr. Carlos Augusto foi preso preventivamente.

11. Não obstante, **o próprio Sr. Carlos Augusto requereu a rescisão do termo de colaboração premiada, sob alegação de que prestou informações sob coação do Ministério Público de Minas Gerais.** Confira-se:

¹ Doc... – anexo

² Doc... – anexo



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

12. As informações foram prestadas pelo Sr. Carlos Neves em situação extrema e como medida desesperada para tentar salvaguardar sua liberdade e de seus familiares. Tanto é assim **que abriu mão dos benefícios que obteria com a delação**



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

premiada que ensajou a Operação Isonomia, preferindo submeter-se as penas decorrentes das ações penais que respondia.

13. Com redobradas vênias à Ilma. Representante do MPTCE que subscreve a Representação, as conclusões a que chegou em relação ao escritório Ribeiro Silva Advogados Associados e seus integrantes é equivocada. Foi levada a erro pelo viciado termo de colaboração premiada, celebrado entre o MPMG com alguém acusado de crimes graves, que viu como tábua de salvação criar uma história inexistente, sobre crimes igualmente inexistentes.

14. Feito o registro e contextualizados os fatos, passa-se a demonstração da inexistência de responsabilidade dos Representados.

IV – Da inexistência de jurisdição do TCE/MG sobre os Representados – ausência de participação nos fatos narrados

15. A competência dos Tribunais de Contas está assentada no art. 71, *caput* da Constituição da República. Dentre as hipóteses previstas no dispositivo, a única que – em tese – poderia abranger a situação fática posta nessa Representação é a que consta do inciso VIII, que tem a seguinte redação:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

*VIII - **aplicar aos responsáveis**, em caso de **ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas**, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;*



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

16. O conceito de *responsável* previsto no dispositivo refere-se à pessoa física que tem disponibilidade sobre o erário, **não abrangendo terceiros não integrantes da Administração Pública ou que com ela não travem relações contratuais.**

17. O Decreto-Lei 200/67 – que apesar de dirigido à Administração Federal, é utilizado como paradigma de análise no âmbito da Administração Pública nacional – reconhece como sendo *responsável* o ordenador de despesas:

*Art. 80. Os órgãos de contabilidade inscreverão como **responsável todo o ordenador da despesa,** o qual só poderá ser exonerado de sua responsabilidade após julgadas regulares suas contas pelo Tribunal de Contas.*

*§ 1º Ordenador de despesas **é toda e qualquer autoridade de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda.***

18. Quanto a terceiros não integrantes da Administração Pública, somente podem ser responsabilizados aqueles que tenham a guarda de recursos públicos. Novamente recorre-se ao paradigma do Decreto-Lei 200/67:

Art. 90. Responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador de despesas e o responsável pela guarda de dinheiros, valores e bens.

19. Como já relatado, o escritório Ribeiro Silva Advogados Associados não mantinha qualquer relação com Município de Centralina, não forneceu qualquer auxílio e não influenciou na decisão pela contratação de Costa Neves Advogados Associados. Seus atos, portanto, não podem ser equiparados nem mesmo ao de terceiro que eventualmente coopere para realização de despesa irregular.



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

20. Os recursos que receberam eram de origem privada, posto que recebidos pelo escritório Costa Neves Advogados Associados como honorários advocatícios decorrente de serviços reconhecidamente prestados. O eventual questionamento sobre a regularidade do contrato administrativo celebrado por aquela firma de advocacia com o Município de Centralina não retira dos recursos recebidos por Ribeiro Silva Advogados a natureza privada que passaram a ter a partir do momento em que foram incorporados às contas bancárias da pessoa jurídica privada.

21. Ora, haveria jurisdição desse TCE/MG em relação aos pagamentos feitos por Costa Neves Advogados Associados a outros fornecedores e parceiros – como o proprietário do imóvel sede da firma, a quem são pagos aluguéis, por exemplo – com recursos auferidos do contrato com o Município de Centralina? Por evidente que não, já que esses recursos são de natureza privada, ainda que houvesse a ilegalidade descrita na Representação. O mesmo se passa em relação aos pagamentos feitos à Ribeiro Silva Advogados Associados, que foram recebidos em razão de contrato privado celebrado com o escritório Costa Neves Advogados Associados.

22. Assim, não deram causa a qualquer contratação e, muito menos, a irregularidade de despesas, motivo pelo qual não há que se falar em jurisdição desse TCE/MG sobre os fatos narrados.

23. Relembre-se que “a função de julgamento, prevista nos incs. II e VIII do art. 71, **não caracteriza atividade jurisdicional**, porque o Tribunal de Contas apenas examina as contas tecnicamente e não aprecia a responsabilidade do agente público”³, o que também se aplica especialmente aos particulares que – como no caso em tela – não tem qualquer relação com a contratação efetuada entre o Município e o escritório Costa Neves Advogados Associados.

³ PETTER, Lafayette Josué. **Direito Financeiro**. 4 ed. Verbo Jurídico, p. 216-217 *apud* OLIVEIRA, James Eduardo. **Constituição Federal anotada e comentada**. Forense: São Paulo, 2013, p. 737



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

24. Como já informado, os Representados não mantinham qualquer vínculo com a Administração Municipal e, por isso mesmo, não influenciaram em qualquer decisão sobre a forma de contratação e as razões de escolha do escritório contratado. Exatamente por isso não podem ser penalizados por atos que não tenham praticado, ainda que sejam irregulares.

25. Ademais, é importante ressaltar que as irregularidades apontadas essencialmente dizem respeito a: *i)* motivação da opção pela contratação dos serviços; *ii)* ausência de justificativa de preços; *iii)* ausência de requisitos para contratação por inexigibilidade de licitação. Ou seja, os motivos da suposta irregularidade vinculam-se a decisões da Administração contratante e não tem qualquer relação com a participação dos Representados ora defendentes

26. Não se desconhece a tese de que os Tribunais de Contas analisam os fatos e não a intenção ou as motivações do gestor. Contudo, no presente caso, a tentativa da Representação é analisar a suposta interferência do escritório Ribeiro Silva Advogados Associados e de seus membros sobre a decisão tomada pelos gestores do Município de Centralina.

27. Ou seja, a inclusão dos ora defendentes na presente Representação não decorre da irregularidade na celebração do contrato administrativo fora das hipóteses legais, mas da alegação da prática do crime de tráfico de influência – o que, frise-se, já restou afastado definitivamente pelo Poder Judiciário –. Assim, é impossível não se perquirir sobre o elemento subjetivo nesse caso, o que não é cabível em procedimentos do jaez das Representações perante esse TCE/MG.

28. Portanto, em sendo notório que os defendentes não participaram dos atos de contratação, não se justifica sua inclusão como parte do presente feito, devendo eles serem excluídos do polo passivo.



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

V – Da regularidade na contratação – atendimento aos requisitos legais

29. Como já sobejamente demonstrado, os Representados ora defendentes não têm qualquer relação com os fatos descritos no presente feito. Contudo – em atenção ao princípio da eventualidade – devem fazer referência a regularidade da contratação.

V.a) Singularidade do objeto

30. Quanto a singularidade do objeto, é preciso levar em consideração as condições em que se deu a contratação, ponderando sobre a capacidade administrativa dos Municípios de pequeno porte, como é o caso de Centralina.

31. Leciona Marçal Justen Filho que “*o conceito de ‘natureza singular’ é relativo. Varia de acordo com as circunstâncias históricas e geográficas. Sua identificação, no caso concreto, depende das condições generalizadas do conhecimento e de técnica. (...) Um certo serviço pode ser reputado como de natureza singular em certas regiões do Brasil e não ser assim qualificável em outras. A maior dificuldade para entender o conceito reside na tentativa de transformá-lo em absoluto, reduzindo-o a padrões numéricos ou a modelos predeterminados*”⁴ (destacou-se).

32. Sobre a contratação de advogados em pequenos municípios, Adilson Abreu Dallari destaca que “*com relação a pequenos Municípios, os quais, muitas vezes, precisam contratar advogados que não são exatamente expoentes altamente titulados, mas possuem conhecimentos e são dotados de alguma experiência em matéria de direito público em nível superior aos que militam normalmente na advocacia cível, criminal ou trabalhista na região. A contratação de consultoria nesse nível permite obter orientações razoáveis por uma*

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 16 ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2014, p. 499



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

remuneração módica, e tanto pode servir para auxiliar o eventual procurador permanente, como para atuar em lugar dele, quando inexistente⁵.

33. Realmente, o que pode se afigurar simples para profissionais experientes e de sólida formação, como os Conselheiros e técnicos desse TCE/MG e os Procuradores de Contas, não é para outros profissionais do Direito, em comarcas do interior, onde esse tipo de demanda – complexa e altamente especializada – não é comum. Daí porque, ante as peculiaridades do caso concreto – ausência de procuradoria no Município e seu pequeno porte –, os serviços listados podem ser considerados singulares.

V.b) Notória Especialização

34. Sobre notória especialização do contratado, há nos autos do processo de contratação o currículo dos advogados integrantes de Costa Neves Advogados Associados. Deles consta que eram reconhecidos pelo mercado como tendo destacada atuação na área tributária, sendo que seus membros inclusive integravam a Comissão de Direito Tributário da OAB/MG.

35. Da mesma forma, o advogado Ramon Moraes do Carmo detém grau de Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), instituição altamente reconhecida como pela excelência nesse ramo da ciência do Direito. Além disso, os demais integrantes da sociedade contratada também detinham graus acadêmicos destacados, além de larga experiência na advocacia tributária.

⁵ DALLARI, Adilson Abreu. **Contratação de serviços de advocacia pela administração pública**. In Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 35, n.º 140, out-dez 1998. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/416/r140-05.pdf?sequence=4>. Último acesso em 04 jun 2017, às 12h10m.



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

36. Também consta dos autos diversas certidões de outros órgãos públicos informando sobre a prestação de serviços de mesma natureza, todas reconhecendo a excelência na execução dos trabalhos.

V.c) Da justificativa de preço – compatibilidade com o mercado – observância da tabela da OAB/MG

37. Em relação à compatibilidade do preço, afirma-se na Representação que não haveria justificativa de preços que atendessem a regra do art. 26 da Lei 8.666/93.

38. Ainda que não tenha sido juntada aos autos justificativa de preços, é de se notar que o preço fixado – 20% de honorários de êxito – é compatível com o mercado. Aliás, é o valor previsto na tabela de honorários mínimos da OAB Seção Minas Gerais. Confira-se:

39. No caso, o trabalho desenvolvido pelo escritório Costa Neves Advogados Associados tinha por objetivo reduzir o valor de contribuição



OLIVEIRA FILHO ADVOGADOS

Av. Afonso Pena, 4121 - 6º andar
30130-008 - Belo Horizonte - MG
(31)3263 2100 Fax: (31)3263 2101
e-mail: ofadv@oliveirafilho.com.br

previdenciária devida pelo Município, sendo razoável a cobrança de 20% sobre o que a entidade deixasse de arrecadar.

40. Assim, ainda que do processo administrativo de contratação não conste a pesquisa formal de preços para embasar a justificativa, os preços fixados foram os de mercado, não havendo razão para se declarar nulo o contrato em razão de falha meramente formal e que não importou prejuízo ao erário.

41. Como se nota, inexistem irregularidades graves, aptas a levar a nulidade do contrato e, muito menos, pedido para ressarcimento do erário.

VI – Pedidos

42. Pelo exposto, requerem:

- a) Prazo para juntada do instrumento de mandato;
- b) Preliminarmente, a exclusão dos Representados Ribeiro Silva Advogados Associados, Rodrigo Ribeiro Pereira, Rafael Tavares da Silva e Flávio Roberto da Silva da presente representação;
- c) No mérito, a improcedência da Representação;

Requer, ainda, que todas as publicações e intimações sejam realizadas em nome dos advogados **João Batista de Oliveira Filho, OAB/MG 20.180; Fabrício Souza Duarte, OAB/MG 94.096** e da sociedade **Oliveira Filho Advogados, OAB/MG 135**, sob pena de nulidade.

Pede deferimento

Belo Horizonte, 20 de maio de 2021

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FILHO
OAB/MG 20.180

FABRÍCIO SOUZA DUARTE
OAB/MG 94.096